

LIDO NO EXPEDIENTE

EM 03/12/25

[Assinatura]
Coordenadora de Registros Legislativos

R3.CAR.JUR.API.2025/000690

PRT-R3-2025/016316

Teresina/PI, 17 de novembro de 2025

À
Assembleia Legislativa do Estado do Piauí/PI
1ª Secretaria da Mesa Diretora
Avenida Marechal Castelo Branco, s/n, Teresina - PI, 64000-810
A/c: Exmo. Sr. Wilson Brandão – 1º Secretário da Mesa Diretora da ALEPI

Referência: Ofício ALEPI – 1ª Sec. Nº 195/2025

A **ÁGUAS DO PIAUÍ SPE S.A.** ("**Concessionária**" ou "**Águas do Piauí**"), sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o n. 58.425.324/0001-51, com sede na Av. Professor Camillo Filho, n. 1.960, Sala Rio Parnaíba, CEP 64.089-040, bairro Todos os Santos, Teresina/PI, responsável pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que compõem a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí ("**MRAE**"), conforme Contrato de Concessão n. 648/2024 ("**Contrato**"), vem prestar as informações e esclarecimentos a seguir.

I. INTRODUÇÃO

- Por meio do Ofício n. 001/2025 ALEPI – 1ª Sec. Nº 195/2025, foi encaminhado à Concessionária o Requerimento nº 456/2025, de autoria do Deputado Estadual Franzé Silva, que solicita à Concessionária a adoção de providências para sanar as falhas operacionais, bem como análise quanto à possibilidade de instalação de bomba auxiliar no sistema de captação do Açude Joana, no Município de Pedro II.
- Diante desse cenário, a Concessionária apresenta a seguir esclarecimentos relevantes quanto às disposições do Contrato de Concessão e o regramento contratual acerca dos investimentos e as metas de universalização dos serviços públicos de água e esgoto de responsabilidade da Águas do Piauí e, na sequência, apresenta esclarecimentos relacionados ao Município de Pedro II.

II. REGIME JURÍDICO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA

- De acordo com a Lei Federal n. 11.445/2007, a microrregião é uma das formas de prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, constituindo-se como "*unidade instituída pelos Estados mediante lei complementar, de acordo com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, composta de agrupamento de Municípios limítrofes e instituída nos termos da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole)*" (art. 3º, VI, "a", com redação dada pela Lei Federal n. 14.026/2020, que instituiu o Novo Marco Legal do Saneamento Básico).

4. Com fundamento em tais previsões, em 30 de março de 2022, o Estado publicou a Lei Complementar Estadual n. 262/2022, que instituiu a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí.

5. Em síntese, a MRAE é uma entidade autárquica intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo¹, constituída pelo Estado do Piauí e por todos os Municípios piauienses e tem como funções públicas de interesse comum “o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas” (art. 3º da Lei Complementar Estadual n. 262/2022).

6. A partir de sua criação, portanto, **a MRAE passou a ser a entidade titular dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos Municípios piauienses**, haja vista a existência de interesse comum, nos termos do art. 8º, II, da Lei Federal n. 11.445/2007², **cabendo-lhe a definição do planejamento, da prestação, da regulação e da fiscalização dos referidos serviços, conforme previsto no art. 7º da Lei Complementar Estadual n. 262/2022³.**

7. Dessa forma, no exercício de suas competências legais, a MRAE realizou, em 5 de dezembro de 2023, a 1ª assembleia geral extraordinária do Colegiado da MRAE, na qual deliberou pela aprovação, por unanimidade, da delegação dos serviços públicos de água e esgoto, mediante concessão⁴.

¹ Art. 2º Fica a Microrregião de Água e Esgoto do Piauí - MRAE constituída pelo Estado do Piauí e por todos os municípios piauienses. [...] § 2º A MRAE possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

² Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: [...] II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.”

³ Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional: I - instituir diretrizes sobre o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, a ser observadas pelas administrações direta e indireta da própria autarquia microrregional ou de entes Federação integrantes da Microrregião ou com ela conveniados; II - deliberar sobre assuntos de interesse regional, em matérias de maior relevância, nos termos do Regimento Interno; III - especificar os serviços públicos de interesse comum, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis, inclusive quanto à unificação de sua prestação; IV - aprovar os planos microrregionais e, quando couber, os planos intermunicipais ou locais; V - definir a entidade reguladora responsável pelas atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos que integram funções públicas de interesse comum mencionadas no art. 3º; VI - propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Microrregião que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços públicos de interesse comum; VII - contratar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, ou autorizar Município a prestar isoladamente esses serviços públicos, ou atividade dele integrante, mediante a criação de órgão ou entidade ou a celebração de contrato de concessão ou de ajuste vinculado à gestão associada de serviços públicos; VIII - autorizar a alienação de participações societárias, ocasione ou não a mudança de controle; IX - autorizar Município integrante da Microrregião a participar, como conveniente, de estruturas de prestação regionalizada de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Estado limítrofe; X - elaborar e alterar o Regimento Interno da Entidade Microrregional; XI - eleger e destituir o Secretário-Geral; XII - autorizar a prestação de serviços públicos de saneamento básico em áreas rurais, ou a elas assemelhadas, por entidade sem fins lucrativos; XIII - apreciar as minutas de edital de licitação ou de contrato, previamente a processo licitatório para delegação da prestação de serviço público de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, ou de atividade dele integrante. [...]”

⁴ Conforme formalizado na ata da referida reunião: “VI – Delegação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a ser promovido pela Secretaria de Estado da Administração – SEAD-PI - Foi aprovado por unanimidade, em votação simbólica, nos termos do art. 31, do Regimento Interno Provisório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a 1ª Assembleia Geral Extraordinária e eu Monique de Menezes Urra que secretariei a presente assembleia, lavro esta ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Presidente. Declaramos para todos os fins e efeito de direito e sob as penas da Lei são autênticas as assinaturas lançadas ao mesmo”. Disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/ATA-da-1%C2%B0-Assembleia-Geral-Extraordinaria-do-Colegiado-da-MRAE.pdf>

8.º Seguindo o rito e a governança previstos na Lei Complementar Estadual n. 262/2022, a MRAE publicou, em 23.08.2024, o Edital de Concorrência Pública nº 01.2024/SEAD (“Edital”), visando à gestão de serviços de operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos Municípios da MRAE.

9. Após a realização do certame, a Águas do Piauí sagrou-se vencedora e, em 26.12.2024, celebrou o Contrato de Concessão n. 648/2024 com a MRAE.

10. Nesse sentido, o Contrato de Concessão é o instrumento regulatório que definiu as obrigações da Concessionária, incluindo as metas de universalização a serem atendidas pela Concessionária, bem como o regramento jurídico acerca dos investimentos a serem realizados pela Águas do Piauí para atingimento dessas metas, cabendo à MRAE, enquanto titular e Concedente, fiscalizar o cumprimento da execução contratual.

III. PLANO DE INVESTIMENTOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO CONFORME CONTRATO DE CONCESSÃO

11. O Contrato de Concessão foi celebrado em 26.12.2024 entre a MRAE e a Águas do Piauí. Como é comum em qualquer contrato de concessão de serviços públicos de água e esgoto, trata-se da delegação de serviços já prestados em sistemas (infraestrutura de bens reversíveis) já existentes.

12. Por esse motivo, o Contrato de Concessão previu um período de operação assistida, denominado “Fase de Transição do Sistema”, para permitir que a Concessionária pudesse vistoriar as instalações existentes e realizasse a transição da operação dos operadores pré-existent, de maneira segura, garantindo a continuidade da prestação dos serviços. Afinal, trata-se de serviços públicos de caráter essencial, indispensáveis à saúde pública e à preservação do meio ambiente.

13. Em conformidade com as regras contratuais, antes mesmo do prazo final da Fase de Transição do Sistema e em atenção à solicitação da MRAE, a Águas do Piauí celebrou Termo de Transferência Parcial do Sistema, em 01 de junho de 2025, antecipando a assunção da prestação dos serviços em uma parcela dos Municípios integrantes da MRAE, entre eles o Município de Pedro II.

14. Neste particular, o Contrato prevê que a Concessionária deverá elaborar e apresentar o **Plano de Investimentos da Concessão, no período de até um ano, contado da “data de eficácia” do Contrato, que ocorrerá com finalização da Fase de Transição do Sistema:**

“14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, ao PODER CONCEDENTE, PLANO DE INVESTIMENTOS no período máximo de 1 (um) ano contado da finalização da FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA.”

15. A este respeito, o Plano de Investimentos a ser elaborado em conformidade com o prazo estabelecido no Contrato de Concessão deverá contemplar a previsão das ações e obras a serem realizadas pela Concessionária no Município, considerando as metas contratuais.

16. Além disso, esclarece-se que o item 3, “g”, do Anexo III - Caderno de Encargos estabelece que o Plano de Investimentos deve considerar as diretrizes constantes do “*Plano Regional de Saneamento Básico da MRAE*”, de modo que os investimentos no Município de Pedro II serão planejados e executados no âmbito da prestação regionalizada, assegurando a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão de maneira coordenada com o planejamento previamente definido pela própria MRAE.

17. Sendo assim, uma vez elaborado e apresentado o Plano de Investimentos dentro do prazo previsto na cláusula acima, a **Concessionária terá formalizado o plano de investimentos também para o Município de Pedro II**, devendo-se considerar o prazo contratualmente previsto para a formalização desse planejamento.

18. De todo modo, deve-se esclarecer que desde o momento em que assumiu o sistema de Pedro II e se tornou responsável pelos serviços públicos de água e esgoto no referido Município, a Águas do Piauí, por liberalidade e com o objetivo de garantir a estabilização imediata do sistema e a continuidade da prestação dos serviços, adotou uma série de ações e melhorias operacionais. Tais intervenções incluíram a otimização de processos, a manutenção corretiva e preventiva de equipamentos críticos e a capacitação das equipes locais, visando mitigar os riscos operacionais herdados e elevar o padrão de qualidade do serviço prestado à população.

19. Sobre a segurança **operacional do sistema de captação**, a Concessionária reconhece a importância da reserva quente para garantir o abastecimento em caso de falha da bomba principal. O sistema operacional atual conta com uma bomba BHSE 8190-05, 115HP, com vazão de 220M³/H e 95MCA. Contudo, a balsa flutuante atualmente em uso não possui capacidade estrutural para acomodar uma segunda bomba, o que impede a implementação imediata da reserva quente.

20. A solução definitiva para esta questão está prevista para ocorrer com a chegada e instalação de uma nova balsa, que terá a capacidade adequada para suportar duas bombas e, assim, permitir a instalação da reserva, como sugerido pelo Deputado Estadual Franzé Silva.

21. É fundamental reiterar que o Contrato de Concessão estabelece que o Plano de Investimentos, que contemplará os demais investimentos estruturais de longo prazo para a região, será elaborado e **apresentado no período de até um ano**, contado da

ÁGUAS DO

PIAUI

eficácia plena do Contrato. Este planejamento formal e abrangente garantirá que os investimentos em Pedro II estejam alinhados com as diretrizes do Plano Regional de Saneamento Básico da MRAE, assegurando a sustentabilidade e a expansão coordenada dos serviços.

IV. CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, a Águas do Piauí espera ter esclarecido adequadamente as informações solicitadas e se coloca à inteira disposição para apresentar informações adicionais pertinentes.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para reiterar o compromisso da Águas do Piauí de oferecer à população do Estado do Piauí saúde e qualidade de vida através dos serviços de abastecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgotos.

Renovamos, por oportuno, nossos votos de estima e consideração, colocando-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

 **Guilherme Dias**

ÁGUAS DO PIAUÍ SPE S.A.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D7C2C614-32BC-4FDD-9481-27150093BAEA

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Águas do Piauí - Resposta Ofício ALEPI 195_2025 - Bomba auxiliar - Açu...

Nº Contrato Sistemico (SAP): 00

Nº Contrato Jurídico: 00

Unidade de Negócio AEGEA:

TE00 - R3/PI

Nome do Fornecedor: 00

Tipo de documento: Outros documentos

Envelope fonte:

Documentar páginas: 5

Assinaturas: 2

Certificar páginas: 5

Rubrica: 1

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Philippe Moreira Souto Menezes

Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km

56,5, sala 602, Tombadouro

Indaiatuba, São Paulo 13340-600

philippe.menezes@aegea.com.br

Endereço IP: 201.71.219.114


Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Philippe Moreira Souto Menezes	Local: DocuSign
17/11/2025 17:03:46	philippe.menezes@aegea.com.br	

Eventos do signatário

DANILO CEZAR
daniilo.almeida@aegea.com.br
Dir. Executivo
AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)

Assinatura

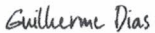

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 201.71.218.48

Registro de hora e data

Enviado: 17/11/2025 17:06:23
Visualizado: 18/11/2025 15:37:18
Assinado: 18/11/2025 15:37:26

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign


Guilherme Dias
guilherme.fdias@aegea.com.br
Diretor Presidente
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)


Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 138.121.129.122
Assinado com o uso do celular

Enviado: 17/11/2025 17:06:23
Visualizado: 17/11/2025 21:07:51
Assinado: 17/11/2025 21:08:18

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 22/01/2025 11:55:53
ID: 69a5f477-ddc7-44f4-bee0-a376227a9f84

Paulo Roberto Sento Se Reis
paulo.reis@aegea.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)


Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 143.0.179.186

Enviado: 17/11/2025 17:06:23
Visualizado: 19/11/2025 19:39:32
Assinado: 19/11/2025 19:41:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	17/11/2025 17:06:24
Entrega certificada	Segurança verificada	19/11/2025 19:39:32
Assinatura concluída	Segurança verificada	19/11/2025 19:41:52
Concluído	Segurança verificada	19/11/2025 19:41:52
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

to you through the Design system during and immediately after the signing session and if you elect to create a Design account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish, you may send your paper copies of any such documents from our office to you. You will be charged \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us for full return at procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive printed notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive notices and disclosures in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive printed notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and electronic notices to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the Design system to receive printed notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically.